



XIII JORNADA DO TRABALHO.

"A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMAR DO SÉCULO XXI. OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO"

Pres. Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012

ISSN - 978-85-60711-19-2



Co-realização
CEREST - P. Prudente/SP

CERCAS E SECAS: REFLEXÕES SOBRE A ÁGUA NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO

Ana Paula Novais Pires¹
Idelvone Mendes Ferreira²

Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão*
anapaulapires05@yahoo.com.br
idelvoneufg@gmail.com

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir acerca da problemática natural e artificial da água no Nordeste Semi-Árido, exemplificando o Estado da Bahia e o quantitativo de conflitos pelo uso da água entre 2002 e 2011. Para tanto, far-se-á, primeiramente, uma análise teórica no Nordeste Semi-Árido como um todo e, num segundo momento, as singularidades na Bahia, tendo como alicerce do trabalho autores como Ab'Saber (1974), Suassuna (2002;2004;2006), Malvezzi (2007;2010), Garzon (2010), Castro (1992), Bursztyn (2008), além de órgãos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Agência Nacional de Águas (ANA), dentre outros. Desse modo, faz-se ímpar entender o contexto hídrico no Sertão Nordestino, marcado pelo estereótipo da escassez como condicionante dos infortúnios da população, assim, as características naturais são obscurecidas pela escassez política, onde a dependência de ações assistencialistas tornou, ao longo do tempo, o Nordeste um palco de conflitos e hostilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Nordeste; Semi-Árido; água; conflitos.

*O rio seco, a vida seca
Que tristeza, já tem vaca no jirau
O cercado sem pasto
Sem ter água pro gasto
Pela fé do lavrador
Só vou dormir quando chover
Aí já é de madrugada
A noite nublada
Fez-se num aguaceiro
Vem fecundar minha pobreza
Nas terras que eu planto
Sem ter canto pra ficar
Chuva mata minha fome, minha sede
Homem pobre como eu
Sabe esperar, lutar
Pra depois colher*

¹ Mestranda em Geografia pela UFG/CAC, membro do Núcleo de Pesquisas Socioambientais (NEPSA – UFG/CAC), bolsista CAPES.

² Professor orientador e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFG/CAC.



*O seu feijão
Dono do chão com seus irmãos³.*

(Dominguinhos)

O Semi-Árido está presente nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e na porção Norte de Minas Gerais. O Domínio Morfoclimático Semi-Árido do Nordeste Brasileiro (Ab'Saber, 1974), possui particularidades ainda pouco estudadas e, numa visão holística, Malvezzi (2007, p.09) considera que “[...] o Semi-Árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só”.

O clima quente e seco do Semi-Árido Nordestino é do tipo Tropical Semi-Árido, uma derivação do Tropical, apresentando também aridez sazonal, deficiência hídrica e precipitações imprevisíveis concentradas no verão e no outono. Nesse sentido, o problema central no Nordeste não é a restrição à água o ano todo e em toda a área, mas a irregularidade de chuvas no tempo e no espaço e a alta evaporação perante a quantidade de chuva, assim, entre épocas com regularidades, podem surgir as irregularidades, trazendo a estiagem.

Destarte, as condições climáticas e hídricas existem e condicionam relações diferenciadas com os elementos da natureza, mas servem de trampolim político a partir de obras faraônicas que beneficiam mais à porção abastada da sociedade. Eis aí o mote secular das discussões sobre a escassez hídrica no Semi-Árido Nordestino, já que o evento político está ligado ao latifúndio, às barganhas industriais e a agilidade nas concessões de outorga, enfim, ao Estado como beneficiador das atividades não referentes às necessidades essenciais de água.

O presente artigo objetiva refletir acerca da questão hídrica no Nordeste Semi-Árido em suas nuances naturais e políticas, exemplificando o quantitativo de conflitos pelo uso da água na Bahia entre 2002 e 2011. Como alicerce do estudo tem-se autores como Ab'Saber (1974), Suassuna (2002;2004;2006), Malvezzi (2007;2010), Garzon (2010), Rebouças (1997;1999), além de órgãos como a Comissão Pastoral da Terra

³ Trecho de A fé do lavrador. Composta por Dominguinhos. Disponível em: <http://www.letras.com.br/dominguinhos/a-fe-do-lavrador>



(CPT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Articulação para o Semi-Árido (ASA), Agência Nacional de Águas (ANA), dentre outros. O estudo é parte das discussões que estão em andamento na dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*, linha de pesquisa Estudos Ambientais.

Entre a ecologia e a política da água no Semi-Árido Nordeste

Na perspectiva da visão democrática quanto ao uso da água, recorre-se a Ribeiro (2008, p. 17), ao analisar que “a água é fonte de conflitos porque sua distribuição natural não corresponde à sua distribuição política”. O autor ainda afirma que o Brasil aparece na 25^a posição com 48.315 m³ anuais *per capita* de água, o que representa 12% dos recursos hídricos totais do mundo e pouco mais da metade do total da América do Sul. As condições climáticas e geográficas do país contribuem para períodos chuvosos durante todo o ano, favorecendo a formação de uma vasta rede hidrográfica permanente. Entretanto, apenas a Região Semi-Árida não apresenta a mesma abrangência de chuvas, tornando seus rios com volume escasso e, na sua maioria, por seu regime pluvial, a bacia hidrográfica é formada por rios efêmeros e/ou temporários.

Entretanto, Porto-Gonçalves (2006) contrapõe as estatísticas referentes à escassez hídrica ao afirmar que a água doce que é responsável pela vida no Planeta é, sobretudo, vinda da evaporação dos mares e oceanos, mas não desfavorecendo o teor político-ecológico do aumento da escassez em várias regiões. Ainda, o autor sugere que se ateste a geograficidade da água em escala local, regional, nacional e mundial, para que se possa distinguir o discurso ecológico daquele que é apenas político.

Nesse sentido, Olic (2003) destaca quanto à “geografia da água” que a Região Sudeste, a mais populosa do País (42,6%) é servida de 6% do potencial hídrico nacional; a Região Nordeste, com a segunda maior população (28%), é ‘contemplada’ por 3,3%; a Região Sul, com 15% da população, possui 6,5%; a Região Norte possui a maior concentração hídrica (70%) e conta com um efetivo populacional de 7%. Já o Centro-Oeste Brasileiro apresenta 15,7% do total hídrico e apenas 6,5% da população.



O Semi-Árido Nordeste apresenta particularidades quanto à hidrografia, nesse sentido, Suassuna⁴ (2002) afirma que os índices pluviométricos variam entre 300 e 800mm anuais e a evapotranspiração potencial chega a 2.500mm, as massas de ar Equatorial Atlântica e Equatorial Continental Polar adentram o interior do Nordeste de forma branda, além da influência do *El Niño* e da disposição para o sentido Norte-Sul, canalizando os ventos alísios, formando corredores, o que dificulta as precipitações no Semi-Árido Nordeste e contribui para o volume e o espaçamento temporal das chuvas (caracterizando realmente a seca).

A delimitação do Semi-Árido Nordeste foi dada em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional (MI), considerando áreas com precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm, índice de aridez de até 0,5 entre 1961 e 1990, risco de seca maior que 60% entre 1970 e 1990, sendo que o alcance da nova delimitação corresponde a aproximadamente 57,53% da Região Nordeste, mais alguns municípios do Estado de Minas Gerais, com área total de 981.821,9 Km² (LINS, 2008).

Quanto ao Polígono das secas, sua espacialização deu-se para fins de defesa contra os efeitos dos períodos de estiagem, pela Lei Nº 175 de 07 de Janeiro de 1936, que abrange os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, numa área de 962.857,3 km² da extensão territorial da Região Nordeste, além de 86 municípios do Norte de Minas Gerais (SUDENE, 2012).

Metade da Região Nordeste apresenta condições climáticas de clima Semi-Árido, o que também é analisado por Ab'Saber (1974, p. 04), quando destaca aspectos como a existência de duas estações bem definidas, uma chuvosa e uma de estiagem, drenagem aberta, abrangência em 10% da superfície terrestre Brasileira e mais de 23 milhões de habitantes (ASA, 2011). Quanto às regiões hidrográficas, o Nordeste é formado pelas bacias do Tocantins-Araguaia; Atlântico Nordeste Ocidental; Paraíba; Atlântico Nordeste Oriental; Atlântico Leste e São Francisco (ANA, 2006).

Rebouças, (1997) ainda colabora afirmando que a combinação dos aspectos climáticos com os geológicos, formado por embasamentos cristalinos, resulta na formação de cursos d'água temporários, o que colabora para a visão de aridez total e pobreza. Apresenta também áreas sedimentares e grandes extensões com solos jovens, evoluídos e

⁴ SUASSUNA, João. **Nordeste: oh, que lindo!** (2002) Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/turismo.html>>. Acesso em 26 jun. 2011



profundos. Os autores ainda analisam que, na maior parte da área, os solos têm pouca profundidade e baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial, mas também boa fertilidade química e pH próximo ao neutro, apresentando alcalinidade nas áreas calcárias.

Quanto aos aspectos da hidrologia do Nordeste, sabe-se da sua estreita ligação com o clima onde, no período de seca, o lençol freático torna-se mais profundo e escasso e os cursos d'água passam a abastecê-lo. Nesse sentido, faz-se ímpar a desmistificação dos períodos de seca como destruturador da economia e da sociedade Nordestina, salientado por Andrade (1985), como se a deficiência hídrica só estivesse presente nessa Região, o que também é exposto por Rebouças (1997), quando afirma que o determinismo da Região só serve de justificativa à cultura da seca pelo poder público:

[...] As condições físico-climáticas que predominam na Região Nordeste do Brasil podem, relativamente, dificultar a vida, exigir mais empenho e maior racionalidade na gestão dos recursos naturais em geral e da água em particular, mas não podem ser responsabilizadas pelo quadro de pobreza amplamente manipulado e sofridamente tolerado. Destarte, o que mais falta no Semi-árido do Nordeste brasileiro não é água, mas determinado padrão cultural que agregue confiança e melhore a eficiência das organizações públicas envolvidas no negócio da água (REBOUÇAS, 1997, p. 127-128).

A história econômica, política e social do Nordeste estiveram sempre ligadas ao território e a política de exploração baseada na concentração de terras, sendo um determinante para o agravamento das condições sociais e ambientais da Região. Ações governamentais no século XX trouxeram ações para a Região, como por exemplo, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), entretanto, as diversas críticas ao órgão se fundamentam na “indústria da seca”, com o desvio de verbas, a política da açudagem, a manutenção das condições das populações menos assistidas. Em 1959, uma intervenção do Estado no Nordeste foi a criação da SUDENE, houve um fortalecimento dos mecanismos de apoio à economia Nordestina mediante, primeiramente, definição do espaço que seria compreendido o Nordeste (SILVA, 2010).

Ressalta-se que o uso dos recursos hídricos superficiais no Semi-Árido são principalmente para o agronegócio, o que intensifica a solicitação de outorga e o balanço hídrico oferta-demanda é dificultado pelos aspectos naturais da Região,



portanto, diante de conflitos de interesse no uso da água, a sobrevivência da população não pode ser subjugada aos que detém o poder de barganha.

Conflitos pelo uso da água no Nordeste: os números na Bahia

Os conflitos por água no Nordeste inserem-se no alicerce do poder econômico através, por exemplo, do agronegócio da soja, as cercas dos perímetros irrigados, um novo modelo agroexportador para a fruticultura em áreas à jusante dos açudes, nos barramentos para o aproveitamento hidrelétrico, mineração, carcinicultura, silvicultura do eucalipto, ou seja, são as nuances do uso múltiplo da água, “[...] como consumo, infraestrutura e produto” (GARZON, 2010, p. 82). Dourado (2011) ainda colabora ao analisar as metamorfoses territoriais a partir dos projetos de desenvolvimento regional no Nordeste, tendo a água como mote, pois:

[...] A delimitação de um determinado espaço para implementar um projeto de irrigação já é uma política de desenvolvimento territorial, porque essa decisão ocasionará transformações profundas no território e, conseqüentemente, redefine suas formas e funções. Via de regra, estes espaços são inicialmente direcionados ao cultivo de produtos voltados para o consumo local e o fato de não serem necessários maiores gastos com a produção (insumos e máquinas, dentre outros) favorece a sua prática pelos pequenos irrigantes. Entretanto, há o interesse por parte do próprio Estado para que os irrigantes passem a cultivar lavouras mais competitivas e, no caso do Semiárido brasileiro, a produção frutícola passou a ocupar grandes áreas dos projetos de irrigação, muitos deles, sob o comando de empresas com poder aquisitivo para implementar as inovações tecnológicas capazes de atender às exigências e normas do mercado internacional (DOURADO, 2011, p. 132-133).

Assim sendo, corrobora-se com Vianna (2005), na análise dos hidroterritórios como expressão da valoração por quantidade de água; áreas de luta e resistência contra a mercantilização desse elemento, no sentido de assegurar a sua inalienabilidade, bem como a cultura dos povos que habitam o território.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostram que os conflitos pela água no Nordeste têm grande proporção pelo número de famílias atingidas, como a transposição da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Assim, o monopólio político, a apropriação privada das riquezas regionais, principalmente quanto ao armazenamento



de água são os enfrentamentos no Nordeste Semi-Árido, pois os problemas, as técnicas e a efetiva solução esbarram na manutenção do cabresto sociopolítico. Para Malvezzi (2010, p. 84), “a transposição de águas do São Francisco, como temos repetido exaustivamente, se consumada, será a criação do maior mercado de águas do Brasil, quiçá do mundo”. Ou seja, entre as diversas sedes no Semi-Árido, a dessedentação humana e animal não é totalmente prioritária porque a gestão é mediada por forças maiores.

QUADRO 1 – Nordeste: conflitos pelo uso da água 2002 - 2011

Conflitos pela água no Nordeste	Nº de conflitos	Pessoas envolvidas
2002	11	2.394
2003	6	396
2004	19	4.045
2005	18	2.318
2006	13	1.190
2007	24	9.806
2008	21	8.183
2009	16	4.393
2010	38	14.158
2011	33	8.133

Fonte - Adaptado de Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra
Org. - PIRES, Ana P. Novais, 2012.

O baixo índice de chuvas no Nordeste desde Novembro de 2011, a atual seca na Bahia e o ano eleitoral originaram novamente as ações como a inauguração de adutoras, sistemas de abastecimento simplificados, sistemas de dessalinização, distribuição de vales cestas básicas, renegociação das dívidas de agricultores, diminuição do preço da ração animal, possibilidade de indução de chuvas, além do velho carro-pipa. Ainda recorrendo às análises da CPT, vê-se (QUADRO 2) que os conflitos pelo uso da água na Bahia na atualidade têm dados significativos, principalmente nos anos de 2008, 2010 e 2011, com mais conflitos instalados, bem como mais famílias envolvidas.

QUADRO 2 – Bahia: conflitos pelo uso da água 2002 – 2011

Conflitos pela água na Bahia	Nº de conflitos	Pessoas envolvidas
2002	1	23
2003	-	-
2004	4	395
2005	7	775
2006	3	750
2007	2	725
2008	7	1.964
2009	2	1.230
2010	15	5.230
2011	9	1.151

Fonte - Adaptado de conflitos no campo – Comissão Pastoral da Terra

Org. - PIRES, Ana P. Novais, 2012.

Assim, surgem as hidroresistências em meio às obras faraônicas e, para a CPT (2012) e para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (2012), o grande número de pessoas atingidas reforça a necessidade da luta contra a mercadorização da água no Semi-Árido Nordestino, o que é ratificada por Torres (2007) ao analisar que a tecnologia para utilização do potencial hídrico serve mais a interesses escusos, aos valores de troca, do que aos valores de uso, à água enquanto meio essencial de vida:

[...] Com as novas técnicas surgem também os *Senhores da Tecnologia*, beneficiários das grandes obras hídricas como: canais de transposição, açudes, adutoras, barragens, poços profundos, estações de tratamento, depuradoras e até dessalinizadoras. Estes *senhores* são os que obtêm um elevado retorno econômico dessas obras e ações financiadas pelo erário público, na grande maioria dos casos, as populações locais recebem escalas mínimas de benefícios, e ainda arcam com os passivos ambientais. O gasto público gerado por essas obras, no entanto, é socializada via tributo para toda a Nação (TORRES, 2007, p. 60, grifos da autora).

Dourado (2011) analisa a questão dos órgãos de fomento para o desenvolvimento regional a partir das obras hídricas e, nesse contexto, para o cenário baiano, os perímetros irrigados têm maior abrangência a partir dos projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODVASF), com 17 perímetros no Estado, numa área total de 197,543 ha, com a fruticultura e produção de vinho, aquicultura, pecuária de corte, cana-de-açúcar e soja nas áreas do Médio,



Submédio e Baixo São Francisco. As obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) são menos abrangentes na Bahia, somando três perímetros, principalmente de fruticultura.

Assim sendo, para além dos dados, as mudanças causadas nos territórios de abrangências dos perímetros irrigados fazem parte dos números de conflitos na Bahia, pois, ainda segundo Dourado (2011), a expropriação de camponeses e as disputas entre a sede de dessedentação e a sede do capital, traz à tona o papel do Estado enquanto financiador e fortalecedor do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2008) no Semi-Árido, tendo como mote o desenvolvimento e geração de renda.

Apesar de ter a maior parte do seu território como área Semi-Árida, a Bahia não teve uma boa estruturação em relação ao Nordeste para a manutenção da segurança hídrica no que tange à dessedentação e a produção dos camponeses, com 150 açudes de pequenos e médios portes, apesar da boa rede de rios e riachos intermitentes, como o exemplo o Rio São Francisco e a pouca atividade quanto às adutoras, tornando-se “a maior solidão hidro geográfica do Brasil” (RIBEIRO, 2012), tendo 57% da área do estado desestruturados hidricamente.

Com o atual período de seca vê-se o chamado à economia doméstica de água, a racionalização do abastecimento, gastos ínfimos em comparação ao uso da água como insumo industrial. Passa-se, nesse sentido, a questão da água como mote da injustiça em meio às políticas hídricas, que tratam a água como bem público, mas com dominialidade da União e dotada de valor econômico.

Considerações para não concluir

Há muitas considerações dos estudiosos sobre as questões naturais e sociais no Nordeste, como por exemplo, os aspectos da pluviometria e da evaporação. Desse modo, a partir do conhecimento técnico correto pode-se pensar numa eficiência no aproveitamento das águas pelos sertanejos, num processo social mais democrático e participativo.



A ideia de um Nordeste a ser desenvolvido a partir das perspectivas exteriores, tipifica o sertanejo do Semi-Árido como atrasado, pois a colonialidade do poder (QUIJANO, 2002), destrói os valores locais para reforçar o discurso do moderno perante o colonial. Assim, os conflitos pela água trazem as nuances do desenvolvimento regional a partir de obras no setor hídrico, do emprego de tecnologias para o solo e para a obtenção de água subterrânea, além dos barramentos, já que o progresso como fim não pode parar. Tal debate expõe que a dessedentação e demais usos essenciais à qualidade de vida esbarram na sede de expansão do capitalismo e a escassez natural é alardeada para reforçar a necessidade desses projetos hídricos. Nesse sentido, cumpre ressaltar as considerações de Dourado (2011), ao abordar a o ranço político da terra e água no Semi-Árido Nordestino, já que:

[...] Mesmo na economia globalizada nordestina, o acesso à terra e à água continuam sendo instrumentos de dominação, como nos “velhos” tempos da sociedade agrária caracterizada pela trilogia cana-pecuária-algodão. No passado, o coronel controlava o acesso à água através das cercas de seus latifúndios, sob a complacência do Estado, ao passo que hoje é o grande capital que se apropria das terras e água disponibilizadas, via política de irrigação, para a produção de commodities com a conivência dos coronéis, hoje travestidos de ruralistas (DOURADO, 2011, p.115).

A perversa equação da mercantilização da água e terra no Semi-Árido Nordestino, em que as variáveis escassez hídrica em determinada época-pouca viabilidade social para os sertanejos do meio rural e urbano- apropriação para a produção de insumos, formam o falso signo das obras hídricas de grande porte como salvadoras do povo, quer na geração de empregos nas frentes de trabalho, quer no acesso à água. Obstaculiza-se a natureza, causadora dos infortúnios locais, para maquiagem a viabilização dos agrohídronegócios.

Corroborar-se também com Mészáros (2011) ao citar a parcela de tarefa comum a todos nós e, nesse sentido, os sertanejos do Semi-Árido Nordestino, entre homens e suas atividades no campo e na cidade, foram secularmente moldados a crer num Nordeste estereótipo, numa Região problema, onde as latas de água na cabeça, o cinza da Caatinga, os carros pipa e a fome são generalizadas, destino do ontem, hoje e amanhã desses povos.



Silva (2011, p. 02), adverte que “pior que a aridez das terras é a aridez das mentes”, além disso:

[...] Se continuarmos a pensar como Eles, para ser como Eles, como nos impõe a educação neocolonial, descontextualizada, sem pensar como nós, para sermos nós mesmos, como nos convida a educação crítica, contextualizada, seremos condenados ao efeito da aridez mental (SILVA, 2011, p. 43).

Pensar e atuar politicamente, no sentido de olhar adiante, de tomar o destino nas próprias mãos é parte ímpar no processo emancipatório, ou seja, insurgir-se é mais que necessidade, é a saída para conhecer quantos Nordeste foram expostos ao restante do país e qual o desnudo, o explícito, como meio de lançar mãos do populismo da esmola aos que estão na miséria a partir das condições ‘naturalmente enviadas pelas divindades’.

Referências

AB’SÁBER. **O domínio morfoclimático semi-árido das Caatingas brasileiras**. São Paulo: IGEO/USP, 1974.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O homem e a terra no Nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA) (2011). Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>>. Acesso em 27 ago. 2011.

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2012)**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 20 abr. 2012.

BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **As Batalhas da Água: por um bem comum e da humanidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). **Atlas Nordeste abastecimento urbano: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da Região Nordeste do Brasil e do Norte de Minas Gerais**. Brasília: ANA/SPR, 2006.

_____. Agência Nacional de Águas (ANA). **Atlas Brasil de abastecimento urbano de água**. Brasília: ANA/SPR, 2010.

_____. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)**. Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br/>>. Acesso em 29 mai. 2012.



_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 nov. 2011.

_____. **Ministério da Integração (MI)**. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em 19 abr. 2012.

_____. **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/site/index.php?idioma=ptbr>>. Acesso em 29 mai. 2012.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2012). Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em 13 mai. 2012.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste**, 3. ed., Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond/Banco do Nordeste, 2008.

DOURADO, José Aparecido de Lima. **Modernização da agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)**. 234f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.

FRACALANZA, Ana Paula. **Água: de elemento natural à mercadoria, Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.17, n.33, p. 21-36, dezembro, 2005.

GARZON, Luis F. Nova. Soberania empresarial *versus* soberania social. In: CANUTO, Antônio. LUZ, Cassia Regina da Silva. WHICINIESK, Isolete (Orgs.). **Conflitos no campo Brasil 2009**, p. 82-88, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) (2011). Disponível em: <http://www.ibflorestas.org.br/pt/bioma-caatinga.html>. Acesso em 22 out. 2011.

LINS, Carlos José Caldas. **Nova delimitação da Região Semi-Árida do Brasil (2008)**. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/Nova_Delim_Reg_Semi_Arida.pdf. Acesso em 25 abr. 2012.

MALVEZI, Roberto. **Semi-árido – uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

_____. **A água em conflito**. In: CANUTO, Antônio. LUZ, Cassia Regina da Silva. WHICINIESK, Isolete (Orgs.). **Conflitos no campo no Brasil 2011**, p.82-86., Goiânia: CPT Nacional, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**, 2. ed, São Paulo: Boitempo, 2011.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (2012). Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>. Acesso em 13 mai. 2012.



OLIC, Nelson Bacic. **Recursos hídricos nas regiões brasileiras: aspectos, usos e conflitos (2003)**. Disponível em: <<http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>>. Acesso em 17 jun. 2012.

Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>>. Acesso em 18 mai. 2012.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Vozes, 2004

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**, Novos Rumos, Marília, v. 37, ano 17, p. 4-25, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

REBOUÇAS, Aldo. **Água na Região Nordeste: desperdício e escassez**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 127-154, 1997.

_____. **Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 1. ed. São Paulo: Escrituras editora, 1999.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**. Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SILVA, José de Souza. **Aridez mental, problema maior. Contextualizar a educação para construir o 'dia depois do desenvolvimento' no Semi-Árido Brasileiro**. Campina Grande: UFPB, 2011.

SIQUEIRA, Ruben. **Transposição para quem? (2007)**. Disponível em: <<http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/artigos/transposicao-para-que-e-para-quem-por-ruben-siqueira-1/>>. Acesso em 28 jul. 2011.

SUASSUNA, João. **Nordeste: oh, que lindo! (2002)** Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/turismo.html>>. Acesso em 26 jun. 2011.



_____. **A verdadeira segurança hídrica do Semi-Árido nordestino (2004).** Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1389>>. Acesso em 17 mai. 2012.

_____. **Água potável no semi-árido: escassez anunciada (2006).** Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/potavel.html>>. Acesso em 26 jun. 2011.

THOMAZ JR, Antonio. **Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado.** Presidente Prudente, Revista Pegada, v.9, n.2, 2008.

TORRES, Avani Terezinha. **Hidroterritórios (novos territórios da água):** os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

VIANNA, Pedro C. Guedes. **A água vai acabar?** In: ALBUQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse?** p. 217-334, São Paulo: Editora Globo, 2005.

VIEIRA, Vicente P. P. B. **Desafios da gestão integrada de recursos hídricos no Semi-Árido.** Revista Brasileira de Recursos Hídricos, p. 7-17, v. 8, n. 2, abr/jun 2003.